

Eventual estabelecimento de acessos às áreas a explorar, e percursos de circulação dos veículos pesados, a fim de garantir que a circulação de veículos não irá afectar áreas a salvaguardar;

Estabelecer directrizes para a protecção, valorização e requalificação de toda a área de intervenção do PIER;

Criação de condições para existência de actividades complementares na área de intervenção do plano.

O desenvolvimento da proposta de plano visa ainda tornar operativos os seguintes objectivos específicos:

Garantir que a recuperação paisagística a implementar no âmbito do futuro Plano de Pedreira, se adequa aos usos do solo mais ajustados às condições locais e às expectativas que a Câmara Municipal tem para esta área;

Qualificação e desenvolvimento sustentável do espaço natural e promoção da biodiversidade, nomeadamente através da protecção dos habitats mais importantes e característicos da área de intervenção;

Promoção das actividades ligadas à utilização dos recursos endógenos e protecção do ambiente e dos recursos naturais;

Criação de infra-estruturas de acesso e de circulação com base nos usos e actividades definidas;

Aproveitamento e valorização os recursos locais.

2.4 — Conteúdo do Plano

Este Plano de Pormenor, tendo em conta os objectivos definidos anteriormente, as especificidades da área de intervenção, bem como a modalidade específica de plano de intervenção no espaço rural, deve conter:

A definição da área de intervenção e respectiva caracterização, identificando os usos existentes, a topografia, a rede hidrográfica, os valores naturais e ambientais a preservar;

Definição das redes de infra-estruturas ajustadas às necessidades dos usos/tipologias funcionais admitidas;

Definição das ocupações e utilizações aplicáveis às categorias de rural;

Identificação de sistemas de execução do plano, programação de investimentos públicos e respectiva articulação com investimentos privados.

2.5 — Avaliação Ambiental Estratégica

Na sequência da elaboração do PIER Garcia Menino, no concelho de Ferreira do Alentejo, e atendendo à publicação do Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, torna-se necessário apresentar um Relatório Ambiental, no qual se “identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente, resultantes da aplicação do Plano e as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objectivos e o âmbito de aplicação territorial respectivos” — alínea b) do Artigo 92.º do Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro.

O Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, que resulta da transposição da Directiva 2001/42/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Julho, corporiza, num contexto jurídico-administrativo, a avaliação ambiental de determinados planos e programas no ambiente.

A orientação dada pelo preâmbulo do Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de Junho, refere que “a avaliação ambiental de planos e programas pode ser entendida como um processo integrado no procedimento de tomada de decisão, que se destina a incorporar uma série de valores ambientais nessa mesma decisão.”

O grande objectivo destes instrumentos é assim estabelecer um nível elevado de protecção do ambiente e contribuindo para uma melhor sustentabilidade da gestão urbana e do processo de decisão, integrando as preocupações ambientais, sociais, económicas, políticas e institucionais nas diversas fases de preparação de determinados planos e programas.

A área de intervenção do PIER corresponde à área da propriedade que já se encontra a ser explorada para a extracção de areias e à zona onde se pretende efectuar o licenciamento da ampliação da pedreira “Garcia Menino II”.

Uma das acções a desenvolver, no seguimento do plano, será a elaboração do Projecto da Ampliação da Pedreira, projecto esse que terá de ser sujeito avaliação de impacto ambiental (AIA), de acordo com o Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro, documento legal que estabelece o regime jurídico da avaliação de impacto ambiental (AIA).

Neste caso, os processos de AAE e AIA deverão ser complementares. Assim, os resultados da avaliação ambiental do plano, realizada nos termos do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, são ponderados na definição de âmbito do estudo de impacto ambiental (EIA) do projecto, que esteja previsto de forma suficientemente detalhada nesse mesmo plano, quando à mesma houver lugar (ponto 2, Artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho).

O EIA apresentado pelo proponente, no âmbito de procedimento de AIA de um projecto previsto de forma suficientemente detalhada em plano submetido a AAE, pode ser instruído com os elementos constantes do relatório ambiental ou da declaração ambiental que sejam adequados e

se mantenham actuais (ponto 3, Artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho).

2.6 — Prazo

O trabalho será desenvolvido em 12 meses, não contando com os prazos imputáveis a decisões ou aprovações da Administração Central, Regional e Local.

2.7 — Equipa

A equipa será pluridisciplinar nos termos da legislação em vigor, incluindo, entre outras, as áreas de gestão territorial, arquitectura paisagística, ambiente e geologia.

204839454

MUNICÍPIO DE LAMEGO

Aviso n.º 13637/2011

Para os devidos e legais efeitos faz-se público que, homologuei, em 3 de Junho de 2011, a conclusão com sucesso do período experimental de Susana Cristina Santos Monteiro Coruche, para a categoria de Assistente Técnico, da carreira de Assistente Técnico, na sequência do procedimento concursal comum, para um lugar de Assistente Técnico, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto por aviso n.º 5581/2010, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 53, de 17 de Março de 2010.

6 de Junho de 2011. — O Presidente da Câmara, Eng.º Francisco Lopes.

304768652

Aviso n.º 13638/2011

Para os devidos e legais efeitos faz-se público que, homologuei, em 3 de Junho de 2011, a conclusão com sucesso do período experimental de Pedro Manuel do Carmo Mendes Amorim Lobo, para a categoria de Assistente Técnico, da carreira de Assistente Técnico, na sequência do procedimento concursal comum, para um lugar de Assistente Técnico, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto por aviso n.º 5581/2010, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 53, de 17 de Março de 2010.

6 de Junho de 2011. — O Presidente da Câmara, Eng.º Francisco Lopes.

304768588

Aviso n.º 13639/2011

Para os devidos e legais efeitos faz-se público que, homologuei, em 3 de Junho de 2011, a conclusão com sucesso do período experimental de Nelson Miguel Pinto Nogueira para a categoria de Assistente Técnico, da carreira de Assistente Técnico, na sequência do procedimento concursal comum, para um lugar de Assistente Técnico, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto por aviso n.º 5581/2010, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 53, de 17 de Março de 2010.

6 de Junho de 2011. — O Presidente da Câmara, Eng.º Francisco Lopes.

304768522

MUNICÍPIO DE LISBOA

Aviso n.º 13640/2011

Abertura do período de discussão pública do projecto de delimitação da área de reabilitação urbana de Lisboa

Torna-se público, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro, (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, e do artigo 91.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro (Lei das Autarquias Locais), alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que a Câmara Municipal de Lisboa, em Reunião de Câmara de 27 de Abril de 2011, de acordo com a Proposta n.º 211/CM/2011, deliberou proceder à abertura de um período de discussão pública do Projecto de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Lisboa e da respectiva Estratégia de Reabilitação Urbana por um período de 20 dias úteis, com 1 sessão pública.

Torna-se ainda público que o mencionado período de discussão pública terá início no 8.º dia, após publicação do presente Aviso no *Diário da República*, 2.ª série, nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 148.º do citado Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Os interessados poderão consultar o Projecto de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Lisboa e demais documentação que consubstanciou o período de acompanhamento, bem como o local, dia e horas onde terá lugar a respectiva sessão pública, no *site* de Urbanismo da CML, na Secção Planeamento Urbano (<http://ulisses.cm-lisboa.pt>) ou nos locais a seguir identificados:

Centro de Informação Urbana de Lisboa (CIUL), sito no Picoas Plaza, na Rua do Viriato n.º 13 a n.º 17;

Centro de Documentação, sito no Edifício Central da CML, no Campo Grande, n.º 25, 1.º;
Juntas de Freguesia.

Os interessados podem formular por escrito reclamações, observações ou sugestões, até ao termo do referido período, dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, utilizando para o efeito impresso próprio que pode ser obtido nos locais acima referidos ou no *site* de Urbanismo da CML (<http://ulisses.cm-lisboa.pt>) ou, ainda, através do endereço electrónico dmprgu.dpru@cm-lisboa.pt.

9 de Junho de 2011. — O Vice-Presidente, por delegação de competências — despacho n.º 26/P/2011, publicado no 1.º suplemento ao *Boletim Municipal*, n.º 894, de 7 de Abril de 2011, *Manuel Salgado*.



204838514

MUNICÍPIO DE LOULÉ

Aviso n.º 13641/2011

Em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, torna-se público que por despacho da Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos, datado de 16 de Junho de 2011, foi autorizada a cessação da relação jurídica de emprego público, por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 01 de Agosto de 2011, com a trabalhadora Aldina Maria Ramos Tavares, Assistente Operacional da carreira de Assistente Operacional, posição remuneratória 3, nível remuneratório 3.

20 de Junho de 2011. — O Presidente da Câmara, *Sebastião Francisco Seruca Emídio*.

304839292

MUNICÍPIO DE LOUSADA

Aviso n.º 13642/2011

De acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, torna-se público que foi aprovado,

pela Assembleia Municipal em 24 de Setembro de 2010, sob proposta da Câmara Municipal, de 6 de Setembro de 2010, o Regulamento de Organização e Estrutura dos Serviços Municipais.

Considerando que foi aprovado pela Câmara Municipal, no dia 4 de Outubro de 2010, sob minha proposta, a Estrutura Orgânica Flexível dos Serviços Municipais com as respectivas subunidades orgânicas, nos termos do n.º 5 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro e de acordo com os limites previstos no Regulamento de Organização dos Serviços Municipais do Município de Lousada, determino, nos termos do n.º 3 do artigo 10.º, do mesmo diploma, a afectação aos serviços, dos trabalhadores do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal, aprovado em Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, de 10 de Dezembro de 2010, de acordo com os limites previamente fixados, conforme a seguir se indica:

Autoridade Sanitária Veterinária Concelhia

Jorge Silva Vieira.

Polícia Municipal

António Ricardo Silva Ferreira; António Rodrigo Leite Silva Ribeiro; José Maciel Soares Ferreira Silva Ribeiro; Nuno José Pinto Ribeiro; José António Queirós de Oliveira Reis; Vítor Renato Machado de Sousa.